



*Apurados
Unanimidade
28/04/2024
Am
[Signature]*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Mandato 2021/2025

ATA NÚMERO OITO

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e Artur Manuel Pires, 2.ª Secretário.

Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

João Carlos Alves Valério; Carina Dinora Roças Ferreira; Ana Ventura; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; António Campeã da Mota; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Marla da Assunção Bártole Matias; Olívia Amélia Diogo Martins; Fábio Rui Azevedo; Marcelino da Conceição de Oliveira Marques da Silva; José Albino Prodêncio—

Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: —

Fernando Amílcar dos Santos Passeira; Frederico Macedo Teixeira; Gilberto Milton Fonseca Vieira; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Manuel António Prazeres Madureira; Armindo António Olmo; António Alexandre Adão dos Santos; José António dos Santos Ferreira; Joaquim Filipe Frutuoso Correia; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; Francisco Manuel Germano Rodrigues—



[Handwritten signatures]

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba da Vilarça, Fernando Augusto Silva Braz, tendo sido legalmente substituído pela adjunta Albertina Camelo -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Presidente da CMVF. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ----

----- Faltou a esta reunião o Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP, Luís Manuel Pereira Polcarpo. -----

----- Faltaram a esta reunião os Vereadores do Partido Socialista (PS), Fernando Francisco Teixeira de Barros e Quintino Augusto Pimentel Gonçalves -----

----- Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **PONTO UM: Expediente, informações e aprovação da ata N.º 7 de 22 de dezembro de 2022.** -----

O Presidente da AM agradeceu a presença de todos e antes de iniciar os trabalhos deu as seguintes informações:

- **Receção de uma carta da Câmara Municipal de Bragança relativa à tomada de posição sobre as quebras de produção de azeite;**
 - De uma moção que vem da AM de Bragança sobre o Plano Nacional Ferroviário Alta Velocidade a Norte de Portugal;
 - Igualmente do Município de Bragança foi remetida com o tema "Associação à tomada de posição da Câmara de Bragança sobre as quebras de produção da castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela CM de Bragança, assim como outra relativamente à eliminação da pobreza energética com a respetiva proposta de eliminação;



(Handwritten signatures and initials)

- Da AM de Alfândega da Fé chegou, para conhecimento, uma moção lá discutida, pelo direto ao trabalho com dignidade e justiça para os trabalhadores afetos aos serviços de ecocentros municipais e recolha seletiva de resíduos na Nordeste Empresa Intermunicipal Sociedade Anónima;
- Informou que no início deste mandato foi adstrita à AM uma sala no Centro Cultural, mas que por necessidades logísticas foi entretanto ocupada. Presentemente está a ser preparada e vai ser devolvida à AM, onde irá ser colocada toda a documentação que a ela diz respeito e será de acesso livre aos eleitos para consulta, quer da correspondência, quer dos jornais;
- Foi rececionada uma carta do Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, assim como a oferta de dois livros, em seguimento da cerimónia feita em janeiro, relativamente à homenagem ao Professor Miller Guerra;
- Igualmente foi recebido um livro da Fundação Francisco Manuel dos Santos, assim como os jornais regionais do costume.

-----Aberto o período de inscrições, o Presidente da AM deu a palavra ao Deputado da AM José Prodêncio (PS):

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS), depois de cumprimentar todos os membros da AM e presentes referiu três notas relativamente à Ata da AM.-----

----- O Presidente da AM disse que ao longo da semana foram enviados alguns emails pelos membros eleitos também a sugerir alterações à ata e que todas foram acolhidas. Solicitou ao Senhor Deputado José Prodêncio que, se possível, enviasse previamente as suas sugestões e desse modo já viriam na versão final para votação.

De seguida colocou a ata nº7 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

----- PONTO DOIS: Período antes da Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições, dando de seguida a palavra à Deputada Olívia Martins.-----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que apenas veio colocar uma questão mais direcionada ao Senhor Presidente da Câmara na qualidade de Presidente



Handwritten signature in blue ink.

do Parque Natural Regional do Vale do Tua, pois passados dez anos o plano de mobilidade voltou praticamente à estaca zero; que o Governo e os Autarcas procuram um novo modelo para o implementar, porém e não há certezas se o Empresário a quem foi entregue o plano de mobilidade incluindo os respetivos comboios e o barco se irá continuar ou não a fazer parte desse projeto. A questão que colocou ao senhor Presidente foi se o povo já perdeu a esperança ou se o Parque Natural Regional Vale do Tua vai trazer a todos os Municípios que o compõem alguma esperança, tanto no plano turístico como no plano económico e, conseqüentemente, na riqueza das pessoas e também na riqueza do próprio território.-----

----- O Deputado da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes, reforça as palavras da Deputada Olívia Martins. Em primeiro lugar refere que ouviu com toda a atenção a entrevista que o Senhor Presidente da CMVF deu à SIC, está inteiramente alinhado com a sua posição relativamente ao assunto, é evidente que houve um esquecimento, um desleixe total por parte do Governo do Partido Socialista relativamente a este dossier, o Ministro das Infraestruturas que já não o é, fez uma série de trapalhadas, assumiu publicamente todas as falhas, disse inclusive que o projeto tinha todas as condições para ser implementado, até agora não foi e não se percebe bem porquê. O plano de mobilidade tem ali três dimensões, a fluvial, a terrestre e depois a ferrovia que acaba também por ser terrestre. É da opinião que há toda a necessidade de reativar o plano de mobilidade. Há algumas atividades referidas na Atividade Municipal, o Tua Walking Festival, onde são e devem ser potenciados e enfatizados os circuitos pedestres que têm um enquadramento paisagístico fenomenal, fantástico que deve ser aproveitado. Disse que nestas questões não deve haver bancadas, já estiveram unidos noutras questões quando foram as maternidades, quando foram os CTT, não traz nada preparado mas se sair daqui uma moção no sentido de se fazer força para que de facto seja cumprido aquilo que foi prometido não só ao concelho de Vila Flor mas a toda a região, acha que todos se devem unir e redigir um texto, um moção e encaminharem para quem de direito, que se faça jus às promessas que foram feitas.-----

----- O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes expressou, uma vez mais, a sua solidariedade para com o povo mártir da Ucrânia, pois passado um ano a paz tarda, que



Handwritten signature in blue ink.

parecia irreal, mas na Europa ainda se continuam a ouvir as explosões violentas misturadas com os gritos de dor e com os sons dilacerantes das sirenes. Acrescentou *“que onde hoje caem bombas e mísseis, amanhã nascerão em paz milhões e milhões de flores, “Slava Ukraini, glória à Ucrânia, viva a Liberdade”.* -----

----- O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS) depois de cumprimentar todos os presentes referiu que também viu a reportagem que o Senhor presidente deu à SIC e também se sentiu chocado com tudo aquilo que lá foi dito. Pensa que a questão da linha ser ou não ser do eventual transportador é uma falsa questão, porque as estradas também não são da Brisa, também se fazem barragens e quem as explora são os agricultores e as Associações de Regantes, mas continuam a ser sempre propriedade do Estado, o que eles têm é a concessão. Acrescentou que qualquer tipo de moção que saia da AM e entendia que devia sair daquela ou na próxima reunião, mas que a AM devia tomar uma posição pelo concelho, uma posição que no seu entender devia ultrapassar as meras divisões partidárias porque é do interesse de todos. Referiu, ainda, que no dia 24 de fevereiro se comemora um ano da invasão da Ucrânia. Um dos factos que mais o marcou no final da adolescência foi a imolação pelo fogo de um jovem estudante de 20 anos, de nome Ian Palach na Praça Venceslau, na cidade de Praga, capital da então Checoslováquia, em sinal de protesto pela bárbara invasão do seu país pelas tropas do então Pacto de Varsóvia, comandadas pela União Soviética e quem lá for presentemente poderá ver um memorial para recordar esse ato. A 24 de fevereiro de 2022 assistiu-se àquilo que provavelmente a maior parte de nós não estava a contar: um país na Europa, a Ucrânia, de novo a ser invadida por um vizinho, a Rússia, com um total desrespeito não só pelo direito Internacional, mas também pelo direito dos Povos a seguirem o seu próprio caminho. Referiu que durante o último ano muitas vezes se lembrou de Ian Palach e como escreveu um autor Russo, Nabokov: *“neste século dos Golias, torres de força, é útil lembrarmo-nos dos frágeis Davides”.* Disse saber que as palavras são apenas simbólicas, não mudam nem apagam a crueldade que diariamente as televisões nos dão a conhecer contra os mais fracos, os velhos, as mulheres e as crianças, mas na vida existem também alguns símbolos para nos lembrar valores e nesse caso concreto, ainda restava alguma humanidade para nos indignarmos e a que não podemos ser indiferentes. Disse ainda que estará sempre do lado daqueles que lutam pela autodeterminação, pela independência e pela liberdade contra a tirania e o



Handwritten signature and initials in blue ink.

imperialismo, independentemente das ideologias de uns e de outros, seja o Bangladesh, Kuwait ou, mais perto de nós, e recente Timor. Desejou que a guerra termine e que a Ucrânia vença para que sejam verdade as palavras de Nabokov que citou: *“De todas as leis da natureza a mais maravilhosa é talvez a da sobrevivência dos mais fracos”*. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas, Francisco Rodrigues (Coligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes mencionou o estado em que se encontra o canal que abastece a água à barragem do Cachão, que sabe que em termos geográficos não pertence ao concelho, está inserido no concelho de Mirandela, que a Câmara não tem qualquer responsabilidade diretamente, mas pensa que o canal pertencerá à barragem e a barragem pertencerá à AIN. Disse que gostaria que o Município ou o Administrador indicado pelo Município que com a gestão ou a Administração gerem ou administram a AIN, intercedessem junto do Município de Mirandela para que aquela corrente de água que ainda corre no canal não se perca e vá para a barragem onde devia estar armazenada para um período em que haja défice hídrico.-----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), no que se refere ao Parque Natural Regional Vale do Tua salientou, também, a importância das Caldas de Carlão/Santa Maria Madalena e de São Lourenço, não só para a saúde, mas também para a própria projeção do Parque-----

----- O Deputado da AM João Valério (PS) cumprimentou todos os presentes e referiu que o Vale do Tua lhe é muito querido, que subscrevia inteiramente as palavras do Presidente do Município que leu com atenção e que é suspeito para falar sobre o Vale do Tua, pois foi criado por ali, mas quis o destino que fosse também proprietário herdeiro e que fosse desapropriado pela EDP, embora seja a favor das barragens. *“Qualquer barragem tem impacto. Com a mudança da legislação e deve-se separar quando se analisa esta questão, a comparação entre o aproveitamento do Sabor e o aproveitamento do Foz Tua é diferente, o que reclamam agora os Senhores do Sabor, a legislação à data não era igual. A EDP era por diploma o player dono das barragens, essa legislação mudou e Foz Tua foi o primeiro dos maus exemplos. Temos numa obra a produção de um estudo de impacto ambiental que é a “bíblia” de qualquer obra. Ainda me recordo das participações que estão vertidas no estudo de impacto ambiental*



nomeadamente das Entidades de Vila Flor, Organismos e até dos cidadãos comuns". Disse também recordar-se da posição do Município no período de consulta pública, assim como da declaração de impacto ambiental provisória em 2009, vertida em Diário da República posteriormente. Que nessa declaração de impacto ambiental ficaram um conjunto de medidas de mitigação, por isso todos somos agentes responsáveis pela fiscalização dessas medidas, mas que não se confundam duas coisas: o Parque Natural Regional do Vale do Tua com a agência do Vale do Tua. O PNRVT vem de um aproveitamento, vem de uma medida de impacto ambiental e que é importante repor-se a cronologia: "isto vem de 2009, estamos em 2023, não atravessamos só o governo do partido ao qual está afeto, atravessamos também outros governos e a crítica tanto é para o governo anterior como é para este governo e se não me falha a memória é necessário o parecer de 13 organismos para a linha".-----

----- O Presidente da AM referiu que relativamente à mobilidade do Vale do Tua, fala-se muito e diz-se pouco, pois quando veio "à baila" o Vale do Tua, foi apresentado pelos Autarcas da altura, um projeto hediondo porque era uma trilogia, uma mobilidade que passava por um funicular, pelo barco e pelo comboio. Depois, com bom senso, desapareceu a ideia do funicular e manteve-se a do barco e a do comboio. Acrescentou que o problema de não termos a mobilidade do Vale do Tua não tinha nada a ver com aquilo que foi dito na televisão, pois o que se passou é que foi feito um relatório onde dizia que deviam ser feitas intervenções fora da linha para que não houvesse derrocadas e isso foi estimado em cerca de 30 milhões de euros. O que a EDP disse é que não lhe competia fazer essas obras porque não estavam no caderno de encargos e nunca estiveram em discussão, o que é verdade, isso veio à "posteriori", pois não era um investimento de um privado, o privado só iria fazer a concessão, quer fosse Mário Ferreira, quer fosse Manuela Ferreira, ou quem quer que fosse, que o comboio é da agência, o barco é da agência, não é do senhor Mário Ferreira, que apenas deu a indicação do modelo de barco porque foi candidato único na altura e garantia encher aquele barco e aquele comboio de gente. Como oferecia essa garantia, foi pacífica a escolha de Mário Ferreira, não havendo interesse ou julgamento de ninguém. Acrescentou que caso ele já não estivesse interessado, não via qualquer dificuldade para a agência do Vale do Tua em abrir um concurso para que outros operadores possam vir mostrar interesse e vir ainda com mais energia e entusiasmo que Mário Ferreira; se o



Governo atual alterasse as regras, a EDP só podia vender eletricidade quando o comboio estivesse pronto a andar, mas o Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, por Decreto, determinou que podia vender sem cumprir o restante e que não viesse dizer o atual Ministro das Infraestruturas, João Galamba, que o Estado garantia a segurança caso houvesse derrocadas, porque as estradas não são da Brisa, que tem essa assistência também; que não havia companhias de seguro que assegurassem derrocadas ou que dessem essa garantia, só o Estado e o Estado não estava a assumi-lo, independentemente da cor que tenha. Disse, ainda, aproveitar para felicitar as palavras proferidas pelo Senhor Presidente de Câmara na entrevista, que falta coragem, falta vontade para decretar, pois o barco e o comboio estavam ali, a linha estava pronta, era só decretar à semelhança que decretaram que a EDP pudesse vender energia. Acrescentou que devíamos encarar com alguma consciência, que não fomos voltar a ter o comboio que tínhamos para levar a gente do Vieiro, da Ribelrinha, de Vilarinho, do Cachão para Mirandela e voltar; que se trata de um produto turístico que poderá, quando for a passar, parar e dar boleia a quem precisasse de se deslocar, mas não terá a funcionalidade de transporte entre as pessoas da terra, isso não estava implícito nesse programa, não estava já na altura. O objetivo dessa obra era um projeto turístico de trazer gente à terra, desenvolver aquele produto.

O Presidente da AM informou da chegada à Mesa de um Voto de pesar com o seguinte conteúdo: *“No passado dia 10 de fevereiro Vila Flor viu partir o cidadão António Rodrigo Vaz Ferreira, com 81 anos de idade, um homem respeitado pela sua conduta social e dedicação familiar que nos deixa o seu exemplo de vida, de caráter e de bem. Aos seus familiares, filhas, genros e netos, os nossos sinceros votos de pesar, manifestamos o nosso profundo respeito. Vila Flor 24 de fevereiro de 2023.”*

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Presidente da CMVF iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a AM, de forma calorosa. Começou por dizer que era uma honra estar naquela AM pois a qualidade das intervenções era enorme. Que era muito bom escutar pessoas que realmente se interessam pela sua terra, que vinham fazer as suas intervenções de uma forma completamente livre e honesta e por isso deu os parabéns a toda a AM.

Respondendo à deputada Olívia Martins que falou do sistema de mobilidade do Tua na sequência daquilo que foi intencionalmente feito desde que Vila Flor assumiu a



Presidência rotativa da agência, não era por mérito nem eletiva, era uma obrigação, interpretaram essa incumbência da forma o mais responsável possível e pelo menos trouxeram o protagonismo novamente a um incumprimento no mínimo que se está a verificar. Quando a Deputada Olívia Martins perguntou se há esperança, respondeu-lhe que só pode haver esperança, pois não estava a ver como seria possível vários governos, vários Municípios e dois concessionários virem justificar, não ter concretizado o SMT, nem que seja Vila Flor a exigí-lo, o dispêndio de 17 milhões de euros e o aproveitamento hidroelétrico que se verifica há 5 anos. Que, evidentemente, tem contribuído muito para todo o país e para a nossa região, porque é uma forma de gerar energia ambientalista e muito produtiva, doutra forma as barragens não davam tanto que falar e foi essa a atitude que tomaram, se calhar para uns desconcertante, para outros faz sentido; para nós só fazia sentido porque não tínhamos nada a perder, já nos estavam a tirar aquilo que já devia estar a funcionar, nomeadamente o sistema de mobilidade do Tua. Relativamente à intervenção do Deputado Artur Pires, respondeu que com uma palavra lhe diz o que falta, coragem. Falta coragem política de assumir realmente que é para fazer o sistema de mobilidade do Tua, era isso que faltava. Anunciou, também, que o Senhor Secretário de Estado o convidou para falarem desse assunto na semana seguinte. Acrescentou que estão a conseguir, de uma forma pensada, pautada e tranquila, trazer o assunto, como diz o povo, “à balla” e acredita que este governo abriu caminho, quis falar, havia uma abertura, mas também era verdade que existia um incumprimento e quem tem a legitimidade de o verificar é o Governo, seja ele de que partido for, o Governo é que tinha que o assegurar, pois é o Governo que emite a autorização de exploração hidroelétrica e que o fez há cinco anos. O Ministro do ambiente passou essa autorização e em bom rigor deveríamos ter sido consultados. Não sabe se o foram há cinco anos, crê que não, dá o benefício da dúvida aos Municípios, evidentemente por questões óbvias, mas pensa que não, porque senão teria sido a oportunidade única para dizer não, não se passa a autorização porque se verificam incumprimentos e dá o exemplo da construção da Barragem na Redonda das Olgas, têm que cumprir senão não põem sequer a primeira pedra, têm que se cumprir as regras. Quanto à intervenção do Deputado António Campeã da Mota, foi uma intervenção que o comoveu ao citar o ativista Ian Palach e Nabokov, fazendo lembrar-lhe que ficou eternizado na célebre música dos Sting e quis, acima de tudo como homem, dizer-lhe



Handwritten signature in blue ink.

que são os valores de todos nós, os valores da Democracia, os valores da liberdade e era para isso que trabalhavam todos os dias para viver neste mundo livre, agradecendo muito a sua intervenção. Quanto à questão do Senhor Presidente de Junta Francisco Rodrigues, disse ser encaminhada para a administração, agradecendo pela chamada de atenção. No que concerne à intervenção do senhor Deputado João Valério, disse ter gostado de o ouvir dizer que é pró Barragens e que sempre assumiu a sua posição, porque também se lembrava da consulta pública que existiu ali, que esteve presente como cidadão e também exprimiu a sua opinião como cidadão e defendeu a cota máxima. Todo o território teria ganho mais e já que se iam fazer obras, já que se ia perturbar o ambiente e diversos bichinhos, então, ao menos, que se fizesse alguma coisa que desse um retorno para toda a região. Disse aliar-se às suas palavras, pois algumas delas foram corretas, que havia alguns que nada queriam ter a ver com a barragem, mas que depois bastantes se aproveitaram dela e para bom entendedor meia palavra bastava e todos entenderíamos a que se referia. Na sua opinião e ao contrário daquilo que o Senhor Deputado disse, evidentemente que também são uma autoridade competente no território e que defendeu e está a defender o cumprimento, mas quem tem que fazer essa vigência, assegurar esse cumprimento é o nosso Governo, a Câmara Municipal de Vila Flor não consegue interpelar o concessionário nem ninguém, quem tem que exigir esse cumprimento é o Governo ou alguém nomeado por ele, voltando a sublinhar que para serem corretos teriam de ir aos factos históricos, isto é, o aproveitamento hidroelétrico verificava-se há cinco anos, a autorização provisória e subsequentemente definitiva, jamais deveria ter sido atribuída quando não se verificou o cumprimento integral. Quanto às palavras proferidas pelo Senhor Presidente da AM, disse que em relação à ideia de que atualmente, de uma forma fácil, se poderia abrir um concurso público e que alguém se candidataria, mas isso não se vislumbrava fácil por um simples motivo: já tivemos esse concurso, a Mystic Tua foi um recurso porque houve a abertura de um concurso público que ficou deserto e essa era também uma verdade dos factos e o recurso à Mystic Tua por experiência no Douro e na Douro Azul, foi uma medida de recurso, uma medida já mediada inteiramente pelo concessionário que na altura era a EDP e de responsabilidade total. Disse associar-se às suas palavras quando falou do tema “segurança”, tema que a todos preocupava porque também tinham de ser realistas ao analisar esta situação e essa linha estava associada a mortes, estava



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

associada a casos de segurança, por isso não podiam dizer *"isto era pôr o comboio a andar"*, teria de haver alguém responsável, teria de ser o Estado, pois temos uma Companhia Estatal, a CP, que já opera em bitolas estreitas e com boa experiência e talvez sejam essas as palavras que serão trocadas na segunda-feira seguinte com o Senhor Secretário de Estado. Também informou que o sistema de mobilidade do Tua prevê duas vertentes: a mobilidade turística e a quotidiana para servir hipoteticamente quem ainda reside nestes territórios.

----- Período da ordem do dia: -----

----- PUNTO TRÊS PUNTO UM: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições, tomou a palavra a Deputada da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP). Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que há muitos anos que tanto se apregoa a inclusão e tantas vezes as acessibilidades básicas para os que têm mobilidade reduzida ou deficiência são esquecidas. Nestes casos pouco importa os motivos, o que importava era que nesse momento qualquer pessoa podia aceder às instalações da Câmara Municipal sem o constrangimento de ficar bloqueado nas escadas de entrada e como já anteriormente assumiu que pede sempre mais pelos Municípios, pediu que esta sensibilidade se mantivesse para os acessos necessários de forma que todos se encontrem em igualdade de acessibilidades. Referiu ainda que *"se mudam os tempos e se mudam as vontades"*, tivemos mais um evento com a dignidade que os produtores, os produtos endógenos, os empresários e os artesãos mereciam, um espaço onde as pessoas não tiveram que se afastar dos automóveis para visitar os expositores e aproveitar as atividades culturais, pelo que os expositores não necessitaram de ficar escondidos num estacionamento e um sítio onde houve espaço para que todas as atividades ocorresse no mesmo local. Disse, ainda, que também não podia deixar de referir que espera a realização do Tua Walking Festival no mesmo período do certame, que seria vantajosa para atrair ainda mais pessoas ao nosso território e que isso se traduza em benefícios para os Vilaflourenses.



[Handwritten signature]

Referindo-se ao ponto 11 do relatório e sendo esse assunto tão caro para si, disse que jamais poderia deixar de o invocar, que infelizmente é mais uma das coisas que tanto se proclama mas que, apesar de elevados esforços, ainda está muito aquém do esperado, continuando a verificar-se a existência de casos de violência doméstica e violência no namoro, diferenças salariais e diferenças de acesso a oportunidades e decisão entre homens e mulheres, dificuldades acrescidas para as mulheres no que concerne a parentalidade e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, entre tantas outras formas de discriminação e violência, motivadas por diferenças culturais e étnicas, religiosas e sexuais. É necessário que toda a população seja envolvida nesta mudança de mentalidade, pois só assim será possível evitar as muitas Injustiças que principalmente as mulheres sofrem e espera que seja implementado o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação com várias ações de sensibilização junto da população para que esta realidade possa ser diferente em Vila Flor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Frechoso, José Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes referiu que ao ver em pormenor o relatório da Atividade Municipal, se concentrou na página 27, ponto 9, que fala da atualização de mapas de empreitadas e de trabalhos futuros previstos, deduzindo que os trabalhos futuros devem ser para o decorrer do ano 2023 e incluem calcetamentos, construção de muros, ampliações de cemitérios, drenagens, alargamento de portões, várias povoações e não vê nada referente a trabalhos futuros em Vale Frechoso. Gostaria de saber se está previsto ou não começar as obras na Escola e na Rua do Muro.-----

----- **O Deputado da AM João Valério (PS)**, disse ter lido no ponto 25, número 3, que está concluída a empreitada do Encontro das Artes Graça Morais e gostava de saber se o Senhor Presidente já tinha algum plano, alguma ideia sobre o que tenciona fazer do espaço. Acrescentou que também viu com atenção no ponto 5 da página 27, um ajuste direto para candidaturas ao 1º Direito e o acompanhamento à ELH (Estratégia Local de Habitação). Perguntou, também, se já havia alguma coisa contratualizada com o poder central e se era possível avançar com essa estratégia.-----

----- **O Presidente da CMVF** agradeceu as intervenções e pediu permissão para fazer a introdução de um assunto que não estava considerado na Atividade Municipal, mas que não queria que ficasse esquecido e deixar, também, uma justificação que tinha a



[Handwritten signature]

ver com o investimento da Barragem Redonda das Olgas. Disse que folgava em dizer, embora não dentro do cronograma previsto, que estará em condições de lançar o concurso público internacional no valor global de 14 milhões de euros, no decorrer da primeira semana de março, razão pela qual não estava na Atividade Municipal; é um projeto de uma dimensão muito grande e que para Vila Flor vai ser a maior obra lançada até aos dias de hoje, uma obra que tem uma história, que começou em 2015 e que tem variadíssimos intervenientes sem a qual não estaríamos tão perto realmente deste lançamento, que além do valor global da obra havia um prazo para a sua conclusão, previsto para o primeiro trimestre de 2025. Acrescentou que o que faltava eram pequenos detalhes, mas tinham de ser ultrapassados e o que se perdeu no lançamento do concurso terá que ser ganho na análise das propostas, na execução da própria obra, mas estava ciente que até ao final de 2025 se conseguirá executá-la com alguma tranquilidade.

Quanto à intervenção da Deputada Ânia Teixeira, agradeceu as suas palavras sobre a mobilidade na CMVF, tendo como objetivo levar a mobilidade a todo o lado, que estarão atentos, que há lugares mais difíceis do que outros, mas tinham que se aproximar de quem realmente tem essas restrições e não pode ser só em palavras, tem de se passar às ações; que a primeira tinha sido ali e é um sentimento de dever cumprido ao ver com naturalidade que a CMVF hoje em dia tem uma pessoa, um colaborador valiosíssimo, com quem se cruza todos os dias com naturalidade, que faz questão de vez em quando o presentear com uma visita, porque consegue aceder a todo o lado dentro da CMVF e isso é muito importante.

Acrescentou que a Deputada Ânia Teixeira tinha falado também do certame das Amendoeiras em Flor de uma forma correta, era um certame, uma feira, uma montra, o Vilaflorense gosta sempre de uma boa festa e *“para presentear os nossos produtores, os nossos artesãos, para presentear o nosso povo que bem precisa disso, de alegria também se faz festa, mas o motivo são os produtos e aqui queria também aproveitar para falar na Oficina da Amêndoa porque se não fosse isso, se fosse a festa e depois vesti-la de certame como quem tem que inventar desculpas, se fosse essa a atitude então para quê fazer uma Oficina da Amêndoa, para quê pensar em passar a mensagem a produtores e futuros produtores que assim o queiram fazer, deixar a mensagem de agregar o valor da terra a um produto excelente como um dos exemplos e que estará no*



[Handwritten signature]

programa da SIC, o Domingão, porque evidentemente são as Amendoeiras em Flor e a amêndoa que tem de ser a rainha e vai estar a representar e muito bem Vila Flor e seus produtos como uma iniciativa de sucesso". Referiu-se, também, ao percurso feito pelos produtores de Vinho, de azeite, de Enchidos, de Queijo e dos Artesãos (que pegam numa pedra e a transformam em arte); esse percurso também terá de ser feito pela Amêndoa. "Quanto ao ponto sensível, o da igualdade, toca aqui num ponto sensível, uma questão que às vezes toca na área Cultural, na área mais particular e pessoal, procuramos igualdade de circunstâncias, igualdade de tratamento, igualdade de acesso e, por vezes, politicamente o discurso confunde-se e aqui não tem medo de se assumir como Homem e que não quer ser igual a uma Mulher, porque ser Mulher tem muitas vantagens em relação a ser homem e, por vezes, ao contrário, é a mulher que manda no mundo, digamos assim".

Relativamente à Intervenção do Professor Ferreira, disse que "água mole em pedra dura tanto dá até que fura", e realmente a Rua do Muro é uma necessidade e todo o povo em Vale Frechoso clama por essa justiça e será feita com brevidade, será feita este ano, Quanto à Escola é uma conversa que o convida a ter consigo no Gabinete porque envolve questões de alguém que lá vive e conforme disse na última AM, envolve questões de direitos adquiridos e jurídicos que o ultrapassam e que terão de ver com muito cuidado, como podem fazer uma intervenção ali e de que forma". No que diz respeito à Intervenção do Deputado João Valério, disse que "leu muito bem, não leu foi a frase toda, o Encontro de Artes Graça Morais é uma receção provisória, ainda estão a ser feitos ensaios porque tem muita maquinaria mas já se iniciou uma conversa tripartida porque não pode ser de outra maneira. O Município de Vila Flor não deve desenvolver um projeto dessa grandeza que envolva um nome como o de Graça Morais sem trazer à Mesa o IPB e as Artes de Montanha, a Senhora Secretária de Estado, Isabel Ferreira com a tutela da Coesão e também para tirar um pouco o fardo ao Município de Vila Flor, porque não vamos andar com rodeios, aquilo ali é uma obra que está feita, já é uma obra grande, mas o que falta fazer também é gigante e para lhe dar a dignidade e o protagonismo que esperamos que tenha para trazer aquilo que esperamos que traga, que é algum relevo do ponto de vista cultural e artístico a Vila Flor, temos que o fazer para já com estes parceiros e depois com muita cautela, principalmente em termos de empenhamento financeiro do Município porque pode justificar um projeto igual ao que



está feito ali só em ligeiros pormenores e a arte envolve coisas que desconhecem. Ainda na semana passada tive o privilégio de privar com a Pintora Graça Morais, a Doutora Isabel Ferreira e o Doutor Orlando Pires no âmbito da inauguração da exposição Graça Morais, "Rituais de Silêncio", e como tiveram também a presença do Diretor do Museu de Bragança houve uma conversa aberta na qual se podem tirar algumas sinergias, sem querermos ser diferentes ou únicos tentar fazer parte duma estratégia global, nacional e depois vertê-la para uma estratégia Municipal. O Encontro de Artes Graça Morais não deve ser só um "chamariz" mas também uma divulgação de todo o Património museológico, histórico, natural, religioso que Vila Flor tem e que deve ser apreciado por quem nos visita, mas isto faz-se em articulação com essas Autoridades, que podem ajudar na prossecução desse objetivo". Quanto ao 1º Direito, assinalou o primeiro passo, "esta contratualização não é mais do que trabalho no Setor e que vai desenvolver a estratégia que está delineada e é parte da Câmara neste primeiro momento que já está contratualizada com o Estado e que compreende principalmente a aquisição no centro histórico de Vila Flor e requalificação para habitação acessível. Foi isso que se passou, é isso que esse contrato significa".-----

----- **O Presidente da AM reforçou as palavras da Deputada Ânia Teixeira** porque lhe diz muito ver o nosso conterrâneo João Paulo a descer a rampa da Câmara na sua cadeira de rodas e sair da cadeira e ir para a sua viatura, pois é muito gratificante para quem dá esses passos. Deu os parabéns quer pela obra, quer por tornar a Câmara acessível a todos, por terem tido também a lembrança de trazer para Vila Flor um filho desta terra e que teve a infelicidade de ficar paraplégico, que esteve fora alguns anos mas que quis regressar e que foi acolhido. Disse ter deixado esta nota na AM com muito agrado.-----

----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** referiu que na última AM fez de advogada de defesa da Câmara em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Frechoso, que se congratulou e continua a congratular-se com a solidariedade dos Presidentes de Junta do concelho de Vila Flor e que naquele dia queria reforçar novamente. Em relação ao Presidente de Junta de Vale Frechoso, Professor Ferreira, louva a resiliência com que defende a terra, que é para si um enorme orgulho ver como defende aquilo que é dele e das pessoas que lá vivem. Relativamente às acessibilidades, a Câmara tem efetivamente todas as acessibilidades neste momento, que não se devem só e em exclusivo a esta Câmara, mas quer também



Handwritten signature in blue ink.

dar os parabéns à Câmara anterior porque foi ela que efetivamente criou os alicerces, que fazem desta Terra uma Terra muito melhor para podermos habitar.-----

----- **O Deputado da AM João Valério (PS)** congratulou-se com o trabalho que foi feito no Município no que se refere às acessibilidades e lembra o longo caminho que ele fez, assim como um determinado Professor, ganhando até um prémio a nível Distrital, (com certeza que o João Paulo poderá visitar isso), e nesse sentido dirigindo-se ao Senhor Presidente referiu que ainda vão a tempo de no Agrupamento se fazer o que tão bem foi feito ali, lembrando-lhe que há salas específicas, de disciplinas específicas, com planos de segurança específicos que não estão no rés-do-chão e como colaborador do Agrupamento, o senhor Presidente como pai, agora como Presidente, talvez ainda fossem a tempo de num dos blocos garantirem uma solução de mobilidade para o futuro, nomeadamente às salas específicas. Concluiu dizendo que era importante meditem sobre este assunto e faz *"mea culpa"* por só o ano passado o ter dito e entretanto só hoje o voltar a dizer.-----

----- **O Presidente da CMVF** agradeceu as palavras do Deputado João Valério com as quais concordou na totalidade, sendo a acessibilidade na Escola uma necessidade, pois quando um aluno tem um azar qualquer e anda de moletas, têm de se mudar salas, bem o sabia, porque também já assistiu a isso. Informou que, Infelizmente, o projeto não previa, o projeto que estão a cumprir é o que veio da Associação dos Municípios da Terra Quente, com certeza com indicações prévias. Disse ainda que *"É curioso que na reunião de lançamento da obra houve também um colega do Deputado João Valério que falou do assunto, até se referiu especificamente à colocação de um elevador e ao qual respondeu que terão que fazer isso numa próxima oportunidade e evidentemente que ao ouvi-lo e ao pensar que poderemos ter uma base alargada de entendimento dá-lhe vontade de fazê-lo já. O problema daquela Escola, como ninguém poderia prever, foi de o primeiro concurso público ter ficado deserto, por isso é que ela só começou agora, estava orçada em torno de meio milhão de euros e agora temos ali perto de novecentos mil euros de investimento para fazer a obra a contra relógio, porque os fundos europeus têm prazos e o financiamento está pela bitola dos 500 mil euros, têm à volta dos 400 mil euros de financiamento para essa obra o que já significa que o Município tem que abrir os cordões à bolsa e em excesso de meio milhão de euros para realmente requalificar a Escola que é um bem necessário"*. Acrescentou que visitou a obra havia 2 dias, que o



[Handwritten signature]

fazia regularmente e sentiu-se feliz ao ver que um problema de anos que era o entupimento dos saneamentos já estava resolvido, que a obra já estava em curso e bom curso, que tentaram lançá-la de uma maneira aberta a toda a comunidade escolar, sabia que não chegou a todos a divulgação, mas não foi falha neste caso do Município, fizeram o que lhes competia, apresentaram a obra com o intuito de envolver a comunidade escolar para reduzir em termos de perigosidade, a própria obra e para explicar o porquê dela estar a desenrolar-se enquanto há aulas por causa dos prazos e correu muito bem e o que lhe reportam e o que constatou era que estava a ir a bom ritmo e a comunidade escolar estava a comportar-se de uma maneira exemplar. Após esse encorajamento, era realmente equacionar a possibilidade de, nem que fosse a custas próprias, fazer-se imediatamente e incluir, sem dúvida, o lema e a escola teria de traduzi-lo em ações, pois a escola tem de ser inclusiva, ver se podem avançar já com essa obra e tendo uma Assembleia em volta desse espírito, sentia-se realmente com esse mandato.-----

----- **O Presidente da AM** questionou o Senhor Presidente da CMVF sobre a obra da escola estar inicialmente orçada em 500 mil euros, estando assegurado o financiamento em 400 mil euros, suportando a Câmara Municipal 100 mil euros. Como atualmente o orçamento é de 900 mil euros, a sua pergunta foi se essa passagem de 500 para 900 mil euros se deve ao aumento das obras, a mais intervenções ou apenas à revisão de preços e ao aumento daquilo que foi esse crescendo dos preços no setor da construção.-

----- **O Presidente da CMVF** respondeu que o concurso ficou deserto, a obra foi lançada com o valor base de 500 mil euros e ninguém concorreu, que a Câmara teve que fazer uma consulta prévia de mercado que não é mais do que perguntar aos empreiteiros qual será o valor base aceitável para isso. Concluiu dizendo que se deve única e exclusivamente ao aumento tanto de mão-de-obra como de materiais provocados pela guerra da Ucrânia e o custo energético. As obras quase que dobraram de valor no espaço de 6 meses.-----

----- **O Presidente da AM** constatou, assim, que os Municípios também se veem confrontados com aquilo que a economia e os empresários têm no dia-a-dia, pois uma obra que ia custar 100 mil euros à Câmara, para se fazer hoje custa 500 mil, portanto mais 400 mil euros.-----



[Handwritten signature]

----- **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Contrato Interadministrativo Delegação de Competências – Discussão e Votação** -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da CMVF.-----

----- O Presidente da CMVF explicou que este Contrato de Delegação de Competências Interadministrativo não é mais do que na Câmara ter sido delegada a competência do trânsito e multas de estacionamento e não tem, como era de esperar numa Câmara da nossa dimensão, pessoas qualificadas nessa área ou teria que se especializar em mais uma área para um volume muito pequeno de multas. Informou ainda que a CIM decidiu agregar, para quem o desejasse fazer, têm pessoas especializadas que vão dar o encaminhamento próprio às multas de estacionamento, deixando de ser direcionadas para a Câmara Municipal mas para a CIM, que dará o tratamento devido.-----

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Transferência de Competências para as Autarquias Locais- Regulamento Interno no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social- Fim de Período de Discussão Pública – Discussão e Votação** -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da CMVF.-----

----- O Presidente da CMVF informou que este ponto decorre de uma Transferência de Competências na área do Acompanhamento Social, pois o Governo decidiu transferir para as autarquias o acompanhamento do RESI (Rendimento Social de Inserção) do Município e evidentemente que para isso a Câmara teve que criar um Regulamento Interno de funcionamento, que terá de seguir os seguintes trâmites: AM, CM e Discussão Pública. Findo esse período vai novamente à AM para deliberação.-----

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta para atribuição de despesas de Representação a Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Grau – Discussão e Votação-**



[Handwritten signature]

----- O Presidente da AM abriu as inscrições dando de seguida a palavra ao senhor Deputado José Prodêncio.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que de facto está na Lei a atribuição de despesas de Representação a Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Grau, o que gostaria é que lhe dissessem os valores de que estão a falar. -----

----- O Presidente da CMVF explicou que isso decorre da Lei, o valor específico é de 192 euros fixos, valor mensal, é uma despesa de representação porque são cargos que requerem isso e que têm essa atribuição por Lei.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que o que estava em causa era que sendo igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, que em 2022 era de 197,13 euros, há um aumento anual de 197,13 mas ali não dizia qual era o valor mensal.-----

----- O Presidente da CMVF informou que eram despesas previstas na Lei e que este Executivo tem tido sempre essa intenção de disponibilizar, era o que todas as Câmaras Municipais faziam com naturalidade. Referiu que se o Senhor Presidente da AM concordar podem procurar o esclarecimento rapidamente e traze-lo ainda em sede de AM.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) voltou a questionar quais eram os valores mensais destas despesas de representação, porque uma coisa eram despesas de representação, outra coisa ajudas de custo e as despesas de representação, independentemente de gastarem aquilo que quiserem, eram um valor fixo mensal.-----

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Edificação destinada a empreendimento turístico – Hotel localizado na Quinta da ribeira de Lodões – Discussão e Votação**-----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições e deu de seguida a palavra ao Deputado José Prodêncio.

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que quer que saibam que tudo o que se fizer para o desenvolvimento do concelho terá sempre o seu apoio. No caso em apreço - reconhecimento de interesse público a uma empresa privada, há que ter em conta os critérios para que se possa beneficiar desse estatuto. O técnico da Câmara



Municipal emitiu um parecer que em síntese reproduz os fundamentos do pedido apresentado pela empresa, concluindo por deixar *“o assunto à consideração superior”*, não sabendo se se refere a eles, se à Câmara. Na decisão que esta AM vai tomar há que ter em conta o Decreto-lei 162/2014 de 31 de outubro, o código fiscal ao Investimento que se conjuga com o pedido que está a ser analisado nomeadamente o art.º 6 nº1 alínea e) e f) cuja redação é a seguinte: *“alínea e) – manter a atividade económica e os investimentos na região por um período mínimo de 3 anos a contar da data da conclusão do projeto de investimento no caso de micro e médias empresas ou 5 anos nos restantes casos; alínea f)- manter uma situação financeira equilibrada determinada dos Termos do nº2 do artº3º durante a vigência do contrato, quanto às disposições da alínea f) “.* Acrescentou que não conhecia a situação financeira atual do promotor, pois não lhe tinham sido facultadas demonstrações financeiras de qualquer exercício, desconhecendo se foram ou não à Câmara. Pela análise da certidão permanente sabem que tem o capital social de 50 mil euros, o mínimo exigível a uma S.A para qualquer empresário, pois atualmente não há mínimos e era o capital dessa empresa. Que o capital social até pode ser só esse e pode ter um capital próprio ou uma situação líquida fabulosa, mas não se sabe e assim têm que se questionar sobre isso. Para decidir em consciência sobre este pedido, seria necessário que lhes fossem facultadas as demonstrações financeiras do último exercício e certidões pela situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária, porque podiam estar a conceder um benefício a uma empresa que não reunia condições para o ter. Acrescentou que o Reconhecimento de Interesse Público traz benefícios fiscais em termos de IRS, IMI, IMT, a razão pela qual se fazia alusão ao tal Decreto-Lei 162. Nesta conformidade propôs que fossem solicitados à Empresa requerente os elementos referidos e após análise esta AM deliberar, porque se assim não for até podem estar a cometer uma injustiça perante outros Promotores.-----

----- O Presidente da AM usou da palavra concordando com a intervenção do senhor Deputado José Prodêncio, acrescentando que tendo um capital social de 50 mil euros é preciso ver se ele foi realizado e, de facto, foi pertinente a sua chamada de atenção e podiam efetivamente pedir essas peças que deviam compor o processo.-----

----- O Presidente da CMVF referiu que esse documento foi aprovado por unanimidade na Câmara com os documentos apresentados, porque a proposta de

Investimento pareceu-lhes o mais importante e também o facto de ser uma empresa que já tem um histórico de onze anos com contas entregues todos os anos, mas evidentemente que a AM é soberana e aquilo que for necessário pedirão à Empresa, que não tinham ali nenhum interesse, não saia se existe algum constrangimento a nível de prazos para submissão de algum projeto por parte da Empresa, mas quanto ao Município abertura total se for essa a deliberação da AM. -----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) face à sua intervenção e face à informação do Senhor Presidente da Câmara, propôs ao Senhor Presidente da AM que retirasse este ponto da Ordem de Trabalhos e depois de terem mais informação fosse incluído na próxima AM.-----

----- O Presidente da AM referiu que se não votassem o documento naquele dia não queria dizer que o estivessem a rejeitar. A denominação de Interesse Municipal requeria duas aprovações: a da Câmara Municipal (Órgão Executivo) onde já tinha sido aprovado por unanimidade e da Assembleia Municipal, que entendeu pedir alguma informação adicional, uma vez que não consta do dossier. Perante isso, perguntou à AM: *“Visto termos uma Assembleia em abril, se entendem que deve o Município pedir esses elementos porque são as contas que são públicas e nomeadamente a certificação legal de Contas e em abril incorporará a agenda dos pontos da Ordem de Trabalhos, coloco à AM esta possibilidade: retirá-lo então para pedir esses elementos e fica já o compromisso de vir à AM de abril, a não ser que os serviços já os tenham e os façam chegar”*.-----

----- O Presidente da CMVF pediu a palavra e informou que pediu à Vice-presidente para ir verificar se tinham informação de algum constrangimento, de alguma submissão de candidaturas que hipoteticamente possam estar pendentes desta e não gostaria que fosse a AM a obstaculizar um investimento, por isso pediu à Vice-presidente essa informação para saber qual o grau de urgência que existia. Acrescentou que nós, por vezes, queixamo-nos que as coisas demoram e por vezes a explicação é simples. Não deixando de concordar nem que seja “dar o benefício da dúvida”, não quer de forma alguma suplantarmos a soberania da AM.-----

----- O Presidente da AM colocou à consideração da AM passarem para Ponto Três Ponto Seis, ficando o anterior em standby para verificar se têm mais alguns elementos e voltarão a esse ponto.-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

----- **PONTO TRÊS PONTO SEIS: Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo – Prazo de 20 anos no Valor de 2.000.000,00 € – Discussão e Votação (Autorização Prévia)** -----

----- **O Presidente da AM abriu as Inscrições dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado José Prodêncio.** -----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que a figura que vem na Ordem de Trabalhos (Autorização Prévia), não a conhece e por isso este documento em princípio não vem nos Termos da Lei. O que dizia o nº4 artº25 da Lei 75/2013, era que as propostas de autorização para contratação de empréstimos apresentadas pela Câmara Municipal nos termos da alínea f) nº1, eram obrigatoriamente acompanhadas de Informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, 3 Instituições de Crédito, bem como do Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município. Acrescentou que quando vier a proposta de acordo com esta norma será devidamente analisada, no entanto face ao mapa das empreitadas que foi apresentado na tabela que lá vem e para as quais se destina o empréstimo que se pretende contratar, poderiam já perguntar o seguinte: *“essas empreitadas não estavam já cabimentadas na parte que cabe ao Município cujas verbas estavam incluídas no valor dos tais 3 milhões e meio de euros que estavam lá deixados pelo anterior Executivo? Porque se efetivamente já estavam cabimentadas e o dinheiro está lá, este empréstimo poderá ser para outra coisa mas para isto já não”.***-----

----- **O Deputado da AM João Valério (PS) referiu que aquele assunto lhe trouxe à memória a sua intervenção que teve no ano anterior na AM onde perguntou ao Senhor Presidente sobre o que estava a acontecer e da realidade internacional que tinham, se isso iria implicar alguns ajustes ou algumas dificuldades na execução do que tinham em curso. Acrescentou que em 8 de fevereiro de 2022 foi assinado um contrato de Prestação de Serviços com o nº 695, “batizado” de Ajuste Direto para o levantamento da situação económica e financeira do Município de Vila Flor. Constava nesse contrato, entre outras coisas, um prazo de execução de 5 semanas de tal forma detalhado, que até tinha horas de trabalho e uma série de alíneas onde eram levantadas várias preocupações. Em 16 de fevereiro propõe-se um empréstimo a vinte anos com o valor de 2.5 milhões e dizia-se que era para a zona de acolhimento, para a remodelação da Escola no valor de 826 mil euros e para a intervenção da reabilitação da ribeira de**



Freixiel, totalizando um valor mais ou menos de 2.922 milhões, sendo o total do empréstimo era de 2.5 milhões. Disse desconhecer o que é que se passou em reunião de Câmara, mas em poucos dias mudou-se de 2.5 para 2.0 e, aparentemente, passou-se de 20 anos para 15 anos. A sua dívida era que passaram de 3 obras para 5. O valor das obras, numa semana, cresceu. Referiu, a título de exemplo, que na primeira informação que tinham era de 1.432.450,26 euros para a zona de acolhimento empresarial e na semana seguinte era de 1.605.704.34 euros; que o valor da obra do Agrupamento de Escolas se tinha mantido e o da Ribeira de Freixiel desaparecido. *“Vinte anos, para 2,5 milhões, para 3 obras; passado algum tempo de vinte anos, para quinze anos, para 2 milhões, não para 3 obras mas para cinco, sendo que das 5 uma era diferente das primeiras 3 e sendo que das primeiras 3 uma muda de valor, acresce no prazo de uma semana”*. Disse que a questão que se lhe levantou foi a taxa de financiamento ser só de 66%, a comparticipação do Município ser de 33%. *“Nomeadamente a zona Industrial não estava adjudicada por 1.3 e passa a estar por 1.6? Temos IVA?”* Disse ainda que na cronologia apresentada algumas coisas lhe deixaram dúvidas, que o valor já tinha uma terceira forma, que havia uma comunicação posterior do Técnico do Município onde o valor torna a ser diferente, que havia mais umas dezenas de milhares de euros, que o valor fluuava, assim como os prazos e os objetivos dos empréstimos, no espaço de pouco tempo. Concluiu a sua intervenção dizendo que esclarecido sobre aqueles assuntos não tinha qualquer problema em se pronunciar favorável.-----

----- A Deputada da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP) refere que este Pedido de Autorização Prévia denota uma gestão cuidada do nosso Município. Mencionou que presentemente estavam a decorrer várias obras essenciais para repor a justiça do território referentes a necessidades básicas que deveriam já estar asseguradas, como era o caso dos abastecimentos de água às freguesias ou das zonas de acolhimento empresarial. Significava, portanto, que havia vários projetos em execução e ainda outros aprovados que requeriam um elevado esforço financeiro e uma vez que os financiamentos atribuídos não ascendiam a 100% da despesa, era necessário que o Município suportasse custos com estas mesmas empreitadas, não podendo o Município e as freguesias ficarem condicionadas para a realização de trabalhos necessários ao bom funcionamento e à satisfação das necessidades das populações pelos investimentos em curso que já deveriam ter sido executados muitos anos antes



nem devendo ficar refém da pressão para o término das obras e respetivo financiamento, sendo pois conveniente que fossem tidas em conta as necessidades da Tesouraria. No seu entender, seria de uma notável má gestão ir assegurando os custos acrescidos com as empreitadas em curso através das verbas disponíveis, pois posteriormente ficaria o Município condicionado em toda a sua atividade e sem justificação plausível para o pedido de empréstimo em momento posterior. Atendendo ao tempo que demora o procedimento até que o empréstimo possa ser efetivamente contratado, é conveniente que o mesmo seja preparado com antecedência atendendo às datas de término de várias empreitadas em junho, setembro e dezembro de 2023, cujas faturas terão que estar integralmente pagas para que seja possível pedir o reembolso às Entidades Empregadoras. Pareceu-lhe que aquilo que o Município estava a tentar fazer era manter a Tesouraria que tem, as contas como estão e assegurar que consegue pagar a parte das obras através do empréstimo. Isso não era nada novo no nosso Município, garantindo que consegue manter liquidez suficiente para continuar a pagar as restantes obras das Freguesias, as obras necessárias no nosso concelho, pequenas reparações e outras atividades que possam ser necessárias a qualquer momento. Disse não conseguir ver onde havia problemas no pedido de Empréstimo, significava simplesmente que pagar-se cerca de 3,9 milhões quando temos 3,1 era simples porque vamos continuar a ter receita, mas se pagarmos as obras todas com esse valor, as Freguesias não terão direito a mais nada, a Câmara não poderá fazer mais nada e portanto era uma maneira de garantir que havia liquidez.-----

----- O Presidente da AM fez uma intervenção, enquanto Membro do Órgão Autárquico, que teve a ver com o Pedido de Autorização Prévia. Referiu que por estarem cabimentadas obras em orçamento, nada tem a ver se as mesmas vão ser pagas com capitais próprios ou capitais alheios, é uma questão de gestão de Tesouraria. Os Municípios são como Empresas, têm que gerir a sua disponibilidade financeira e havia ali um documento curioso que prova que nos últimos 30 anos o Município de Vila Flor foi à BANCA buscar dinheiro sempre que fez obras. Recordou que em 1994, para a construção de 30 habitações sociais, foi buscar 463 mil euros; em 2001, para a aquisição do edifício Centro de Artes Graça Morais, foi buscar 268 mil euros e que ainda não estava tudo pago; em 2006, para a construção do Estádio Municipal de Vila Flor, foi buscar perto de 1 milhão de euros e que ainda se deviam 276 mil; em 2002, para o Loteamento



Handwritten signature in blue ink.

da Quinta dos Lagares, foi buscar quase um milhão e meio de euros. Relativamente a empréstimos contraídos em mandatos anteriores, na totalidade de 3 Milhões e Cem, ainda há por pagar cerca de 300 mil euros e nunca ao longo desses mais de vinte anos a Câmara, por ter contraído esses empréstimos, não pôs em causa a viabilidade financeira do Município. Acrescentou que ir buscar 2 ou 4 milhões para a solvabilidade que a Câmara Municipal tem, não era tema, trata-se de um ato de gestão, não fazia sentido gerir uma Câmara Municipal que continua com cerca de 3 milhões de euros, tal como a herdou, já com obras em curso, que tendo um plano de obras para executar não fosse financiar-se à BANCA, pois até àquela data o Município de Vila Flor tem uma capacidade de endividamento de 12 milhões de euros, ou seja, podia ir à BANCA buscar 12 milhões de euros mais os dois milhões de euros que estavam em causa naquela discussão daquele dia. Segundo a sua opinião, aquele financiamento teria de ser acompanhado do plano e do empréstimo concreto para ser votado em Assembleia própria, mas julga que é no BEI e o BEI é um Banco onde se pode ir buscar um, dois, três ou quatro milhões, tendo um spread de 0,2% ou 0,3% e uma taxa fixa e que se for opção do Município ir ao BEI buscar um empréstimo à taxa fixa de 1,3 ou 1,4%, (a Euribor estava nos 3%, mais 1% ou 1,5 % de spread). O que queria dizer era que o Senhor Presidente não fosse buscar só 2 milhões a esse preço, que fosse buscar tudo quanto pudesse, porque havia muita obra para executar ao longo do mandato. Aquele montante pareceu-lhe cauteloso, rigoroso e disse que da sua parte era um ato de gestão completamente tranquilo.-----

----- **O Deputado da AM José Prodêncio (PS)** referiu que ninguém estava ali contra que a Câmara contraísse empréstimos, nem punha em dúvida que reúne condições legais para o fazer. O que estava ali em causa e (recordou as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando uma altura foi questionado sobre o dinheiro que lá tinha) o Senhor Presidente disse *“Pois está lá, mas já tem destino”*. Acrescentou que sabe bem o que é gestão de Tesouraria, o que é cabimento e só pelo facto de ter dito que essas verbas já estavam reservadas em termos de gestão de Tesouraria da parte que compete ao Município para as obras, foi por isso que levantou a questão e que não pôs em causa que se faça este empréstimo, onde teve dúvidas eram as obras a que ele se destina e o que acontecerá quando se gastar o dinheiro todo do FEF (Fundo de Equilíbrio



*J
I*

Financeiro), pois sabe que está sempre a torneira a correr, embora nunca tivesse visto nenhuma Câmara ir à falência.-----

----- **O Deputado da AM João Valério (PS)** referiu que terá de haver três propostas, que percebeu qual a necessidade da almofada financeira para os responsáveis pela Tesouraria executarem os projetos e também não se nega que os empréstimos foram feitos em datas anteriores, podendo mesmo questionar se não deviam ser feitos para a obra X, de acordo com o prazo de execução da mesma, pois se a obra tem um prazo de execução de 2 anos porque é que se vai fazer um empréstimo para 20? A única questão que coloca é quais são as obras, se são 2 milhões, se 2,5 milhões ou, como na última nota, se são 2 milhões e 52 mil euros.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Assares, Fernando Passelra (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes referiu que também já está na AM há algum tempo e Vila Flor está a ficar uma Vila livre porque não se lembra de faltar a qualquer reunião. Lembra-se, por exemplo, de pedirem 1 milhão ao banco para fazerem o Estádio Municipal e nunca veio aqui ninguém a esta AM dizer que a Câmara ia contrair qualquer empréstimo, assim como, por exemplo, as contas do Cachão nunca se viram. Foram pedidas numa reunião e na outra foram postas na parede. Com respeito às verbas por vezes irem para um lado, recorda que a EDP deu 300 mil euros para o Cabeço da Mina, em Assares e só lá foram gastos 10. Dos 300 mil desviaram-se 290 mil. Disse que se é para a Câmara ter a sua sustentabilidade financeira, que seja, no entanto anteriormente já o fizeram e nunca foi aqui discutido.-----

----- **O Presidente da CMVF** tentou trazer alguma luz ao assunto porque todos acabavam por dizer que concordavam, que viam a pertinência de nos precavermos, porque realmente era um período bastante exigente e todos sabiam que por alguma razão, em 2023, a Câmara Municipal de Vila Flor teve um orçamento de 20 milhões de euros, e que *"nunca teve na história estes desafios de obras como dizia a Deputada Ánia e bem, são obras de justiça e se calhar já deveriam estar feitas porque termos ainda hoje aldeias abastecidas por furos artesianos e sejamos da esquerda ou da direita, está mal, há que corrigir isso, mas não podemos corrigir isso às custas dos outros e do normal funcionamento da Câmara"*. Acrescentou que depois gostaria de passar a palavra ao Técnico João Rei para levar também alguma luz sobre a legalidade do Pedido de uma Autorização Prévia e disse ficar pasmado porque *"se se diz é porque se diz, se se pede*



não se devia pedir". Acrescentou que estava ali o artigo e a deliberação da Câmara Municipal que foi escrita e publicada e era esse o documento que se devia estar a focar: " Foi dado conhecimento da intenção do Executivo contrair um empréstimo de X ficando os Serviços de aperfeiçoar a informação e concordaram, aperfeiçoaram e fundamentaram numa forma mais contundente e submeteram à AM para Autorização Prévia". Considerou que mesmo que não fosse legalmente previsto, dar uma autorização, pedir, ter a humildade de chegar aqui e dizer: "vamos fazer face a este esforço de Tesouraria desta maneira, é isto que nós propomos, acho que era salutar, mas dizer que é mau fico pasmado porque é saudável terem esta discussão aqui aberta e podermos dizer: vamos fazê-lo desta maneira, os Senhores autorizam previamente que nós vamos fazer a auscultação de mercado porque não vale a pena ter uma auscultação de mercado se não tivermos aqui aquela consensualidade e apoio mais alargado de que ainda agora falava quando estávamos a tentar fazer subir os sonhos, mas também a acessibilidade da Escola não se pode fazer sem ter liquidez". Informou que o saldo do Município naquele dia, para que não restassem dúvidas, era de 3 milhões e cinquenta e um mil euros, que continuavam a manter o saldo médio que era saudável e característico de Vila Flor, querendo continuar essa senda de desenvolvimento e investimento na Terra, assim como em maquinaria e que era visível. Realçou, ainda, o esforço feito para partilhar essa informação, que os investimentos foram avultados e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benlheval foi ali agradecer, que esperou quatro anos desde o dia em que lhe tiraram os filtros e que depois foram colocados; isso foi uma demonstração de justiça e de saber gerir, mas gerir com o povo. Salientou, também, que estavam ali presentes outros representantes de Juntas de Freguesias com pedidos em análise e que não iam parar. Declarou que gostava que discutissem de uma forma mais direta e que não colocassem ali questões como foram colocadas, que não ficava bem duvidar do destino do empréstimo e não fazer juízos de valor e esse juízo foi feito. Quanto à questão da Autorização Prévia, disse que o Técnico João Rei iria explicar se havia ou não enquadramento legal, mas mesmo que não houvesse era bom estarem ali a discutir e houvesse uma Autorização Prévia. Sugeriu que, a partir de então, fosse um apanágio da AM discutir as coisas previamente, porque não valla a pena estarem a importunar os operadores bancários para depois chegar ali e ser chumbado, respondendo ao Deputado João Valério que não houve andar para a frente ou para trás,



houve uma primeira informação tida em sede de Reunião de Câmara, onde foi sugerido haver uma fundamentação mais robusta por quem tem mais experiência, que foi aceite e por isso é que veio desta maneira à AM. Finalizou a sua intervenção garantindo que o documento que se propunha era somente aquele que teriam de tomar como válido, que poderia ter alguma imprecisão, ninguém estava livre de cometer falhas, mas esse era o documento. Quanto à questão da legalidade da Autorização Prévia, era a favor que se fizesse e também não seria cometida nenhuma ilegalidade por se estar a dar Autorização Prévia a uma ação do Executivo, que o vissem como uma partilha de decisão e uma abertura total da parte do Executivo para discutir este tipo de assuntos, sem problema nenhum, porque no fim de contas era *“meramente um ato de gestão e não uma navegação à vista”*. De seguida passou a palavra ao Doutor João Rel.-----

----- **O Técnico João Rel** cumprimentou todos os presentes e disse ao Deputado João Valério que a proposta que referiu não foi apresentada à AM, nem sequer foi enviada. Acrescentou que numa primeira proposta que foi apresentada na reunião de Câmara, houve um erro de redação, que assumiu os 2 milhões e meio, mas era de 2 milhões; que houve várias discussões e concluiu-se que a proposta deveria ser melhorada antes de ser enviada à AM e foi o que se fez; que também tinha havido alguma discussão se se deveria insistir somente na comparticipação nacional, ou seja, na percentagem que o Município deveria assumir nos financiamentos, o que nos beneficiaria, porque poderíamos recorrer à chamada linha BEI que tem taxas muito mais acessíveis e muito melhores para o Município e nos permitiria a curto, médio e longo prazo fazer uma gestão financeira muito mais descansada; que não podia estar ali a discutir uma proposta que nem sequer foi enviada para a AM, apenas foi melhorada e foi apresentada outra que já trazia mais informações. Relativamente à Autorização Prévia, disse que a Lei era clara, pois quando o valor do empréstimo ultrapassa 10% das despesas Orçamentadas para fins de investimento, deverá ter Autorização Prévia da AM e era o que estavam a fazer.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas, Francisco Rodrigues (Coligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP)**, referiu que não veio discutir a vírgula ou o ponto e vírgula como foi discutido noutras AM por causa da Ata, nem vai discutir *“a vaca da caca nem a caca da vaca”*. O que devia ser ali discutido foi o que lhes foi enviado. Disse parecer-lhe que a estratégia do Executivo está a incomodar algumas pessoas a dois



Handwritten signature in blue ink.

anos e meio do novo ato Eleitoral, pois vislumbram obras e trabalho. Quanto ao Empréstimo, disse ser da opinião do Senhor Presidente da AM, que o valor que se devia ir buscar não é de 2 milhões, mas de 3 ou 4, que estava a lembra-se do que foi prometido para a sua Freguesia e havia lá muito para fazer.-----

----- O Deputado da AM João Valério (PS) referiu que lê tudo até ao fim e lê todos os documentos que são públicos, não lê só os que vêm à AM, que acompanha a vida diária, mas teve razão e estão entendidos, houve um erro, a proposta foi melhorada, as suas dúvidas tinham lógica de existir, os documentos existiam e eram públicos e que tiveram várias versões. Sobre a legalidade, não questionou a legalidade da Consulta Prévia.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) dirigiu-se ao Técnico João Rei dizendo que não se questionou ali a legalidade do Empréstimo, o que se questionou foi a forma como esse pedido foi feito à AM. Que o Senhor Técnico João Rei baseou a sua proposta na alínea ccc) do art.º 33 da Lei 75, o que não era preciso, bastava ir ao art.º nº 24 da Lei 75, que dizia exatamente como é que as propostas devem ser apresentadas. E acrescentou: *“quando o Senhor Presidente da Câmara disse que não ia incomodar as Instituições Financeiras a pedir condições do Empréstimo, etc., pois ele tem a maioria absoluta na AM e de certeza que se a proposta vier nos Termos da Lei ela é posta à discussão e o que diz o art.º nº24 da Lei 75 é que as propostas de autorização para contração de Empréstimos apresentados pela Câmara nos Termos da alínea f) são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por o mínimo de 3 instituições de Crédito bem como o mapa demonstrativo de capacidade e endividamento. Se essa proposta vier feita nos Termos da Lei, ela é posta à discussão e também não se questionou aqui se a Câmara precisa de arranjar um estofo financeiro ou não, não é isso que está em causa a não ser a obrigatoriedade da Lei. O que foi aqui posto em causa foram as obras para que este Empréstimo se destina, porque segundo o que nos foi dito é que para estas obras já havia cabimento em Termos de Tesouraria, portanto que a Câmara tenha autonomia financeira para contrair este Empréstimo não tem dúvida nenhuma e portanto só questionaram a figura que vem no documento”*. Disse ainda que “Autorização Prévia” não conhecia isso em Lei nenhuma e que se o Senhor Técnico Rei lhe dissesse qual era, dava a mão à palmatória, pois olhando para a Lei que regulamenta essa atividade do Município, das AM e das Juntas de



Freguesia, de facto não via ali nenhuma figura dessa natureza e por isso propôs que viesse a proposta nos Termos da Lei e que se pusesse a discussão".-----

----- **O Presidente da AM** reforçou que se os assuntos não se discutirem nas AM, não servem para nada. Acrescentou que todos os temas que forem de discussão irão ser trazidos à AM para que os eleitos possam, *“nem que seja de forma resiliente, de forma insistente, possam fazê-lo de forma livre, quer se sentem numa bancada ou noutra, é indiferente, este Órgão é para isto que ele serve e portanto é salutar a discussão.*

Naturalmente que há sempre quem faça intervenções políticas, partidaristas mas isso faz parte, é legítimo”.-----

----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se aquele Empréstimo era efetivamente para obras que estão em execução ou se para as que irão estar em execução; se irão tornar o nosso Concelho mais produtivo e melhor para viver; se irão fazer com que o nosso Concelho consiga sobreviver de uma forma mais leve e mais folgada; se permitem fazer investimentos nas Juntas de Freguesia e se admitem outros empréstimos para que haja uma projeção não só Distrital ou Territorial, mas também Nacional e Internacional, pois era preciso fazer muito mais e talvez aquele dinheiro fosse pouco para as ambições que o atual Executivo tem. Salientou que aquele e outros empréstimos que futuramente venham a ser contraídos, tragam ao Concelho uma maior positividade, mais alegria e atração de novos projetos, pois entende que irão ser criadas melhores acessibilidades e darão mais prazer viver no Concelho de Vila Flor após a conclusão das obras que estão já elencadas no documento.-----

----- **O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS)** disse compreender o que são dificuldades de Tesouraria e que valia a pena levar as coisas a discussão à AM, quer seja pelo senhor Presidente da Câmara, quer pelo Senhor Presidente da AM e mesmo que não haja unanimidade ou acordo em todas, seria interessante que as levassem a discussão, pois gostavam de saber; do que não gostam é de ouvir sistematicamente alguém ali a dizer *“os outros também não fizeram portanto agora também não se faz, porque se os outros não fizeram bem, então agora temos a oportunidade de fazer bem e é isso que se quer fazer”.*



Terminou a sua intervenção pedindo um esclarecimento sobre o que estava ali a votação”, *“se é uma Autorização Prévia ou um Pronunciamento da AM para que a Câmara faça o procedimento normal de Ir saber quanto é que é o juro e depois vem cá outra vez para deliberamos efetivamente o Empréstimo? Se assim for sente-se esclarecido”*.-----

----- O Presidente da AM acrescentou que, de facto, o que estavam a fazer era voluntarioso naturalmente, mas não era contra a Lei, era *“a conjugação de 2 Leis e 2 artigos, portanto, na Lei 75 o art.º 51 prevê como é que se delibera a Constituição de Empréstimo a longo Prazo, mas a Lei 73/2020 no seu art.º 51 nesta conjugação fala numa Deliberação Prévia mas claro que não substitui nem dispensa depois a aprovação concreta onde têm que vir 3 propostas de 3 Entidades Bancárias onde tem o prazo, a taxa de juro correto, tudo isso é um feito que este pedido prévio não dispensa”*. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno e Mourão, Carlos Seixas (Colligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que as Juntas de Freguesia têm muitas necessidades, em 4 anos nada foi feito e havia muita coisa para fazer na sua Junta de Freguesia, tal como na dos seus colegas, por isso precisam de dinheiro e entende que o Município esteja com uma boa almofada para fazerem as obras que eles precisam.-----

----- O Técnico João Rei leu o nº 2 do art.º 51, da Lei 73, que diz o seguinte:

“Os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de Empréstimo e caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento de Exercício são submetidos independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Atividades a Discussão e a Autorização Prévia da AM”.

Acrescentou que basicamente o que se passou ali foi que a AM estava a dizer à Câmara que permite que se avance com o Empréstimo.

----- O Presidente da CMVF disse, ainda, que o documento que iam autorizar teve uma evolução, que tinha confiança total nos Serviços sobre a Lei, embora pudesse, evidentemente, ter outras interpretações, demonstrando o cuidado que tiveram de querer evitar qualquer percalço porque, não fosse *“o diabo tecê-las”* quando estivessem a assinar o contrato alguém perguntasse onde estava a Autorização Prévia. Acrescentou que *“mais valia prevenir que remediar”* e tinha sido uma discussão muito salutar, viram-se ali algumas contribuições que até se podia discordar delas, mas eram positivas e era



para isso, que na sua humilde opinião, a AM devia continuar a servir, que fosse discutido de uma forma aberta, demonstrando algumas vezes as respetivas diferenças, mas outras vezes também, de uma forma muito emotiva, a união em torno de valores, pois *“é muito menos aquilo que nos separa do que aquilo que nos une”*. Disse também que nesse ponto, por saber que iria ser olhado da forma como foi, tiveram o cuidado de ter uma discussão ampla em Sede de Reunião de Câmara, de aceitar, reformular, fundamentar de outra maneira, demonstrar que não estavam sós e era assim que deveriam continuar *“com as nossas divergências, mas reconhecendo que há muito a fazer na nossa Terra”*. -----

----- **O Presidente da AM** colocou o Ponto Três ponto Seis a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com duas abstenções.

De regresso ao Ponto Três ponto Cinco, a Mesa entendeu retirá-lo da votação, solicitando o Reconhecimento de Interesse Público para juntar aos documentos e na AM de abril voltariam a ter esse ponto para votação. Ninguém se opondo, ficou assim deliberado por unanimidade. -----

----- **PONTO QUATRO: Período de Intervenção do Público.**-----

----- **O Presidente da AM** informou que chegaram ao fim da agenda de trabalhos e questionou se alguém do público queria usar da palavra. Não havendo esse registo agradeceu a todos pelas intervenções e pela forma como decorreu a presente AM.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa



(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário



(Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto)



Handwritten signature in blue ink.

O 2.º Secretário

Handwritten signature in blue ink.

(Artur Manuel Pires)